

A ESCRITA DA HISTÓRIA REGIONAL E OS USOS DO PASSADO: CULTURA HISTÓRICA E AMARALISMO (DÉC. 1930-1950)

WRITING REGIONAL HISTORY AND USES OF THE PAST: HISTORICAL CULTURE AND AMARALISM (DEC. 1930-1950)

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

 <https://orcid.org/0000-0002-2940-3941>

Correspondência: ruianiceto2@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasi.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89641

Recebido em: 09 fev. 2025 | **Aceito em:** 11 fev. 2025

RESUMO

O Amaralismo se constituiu como corrente política fluminense entre os anos de 1930 e 1960. Nesse período instituiu-se uma cultura política que mantinha práticas do período precedente, mas que incorporava novas dinâmicas específicas do seu período. O conceito de cultura política incorpora uma leitura do passado, que conota positivamente ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, uma narrativa do próprio passado. Nesse sentido, estudar uma cultura política, trabalhar com a sua formação e divulgação, é buscar compreender como uma certa interpretação do passado é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais. Este artigo objetiva analisar a relação firmada entre o projeto político amaralista, a escrita da história e os usos do passado entre as décadas de 1930 e 1950, no Estado do Rio de Janeiro. Os discursos sobre o passado então produzidos associavam-se aos projetos de soerguimento do estado no cenário nacional.

Palavras-chave: historiografia; usos do passado; cultura política; amaralismo.

ABSTRACT

Amaralism was constituted as a political current in Rio de Janeiro between the 1930s and 1960s. During this period, a political culture was established that maintained practices from the previous period, but incorporated new dynamics specific to its period. The concept of political culture incorporates a reading of the past, which positively or negatively connotes periods, characters, events, referential texts and, mainly, a narrative of the past itself. In this sense, studying a political culture, working with its formation and dissemination, is seeking to understand how a certain interpretation of the past is produced and consolidated, integrating itself into the imagination or collective memory of social groups. This article aims to analyze the relationship established between the Amaralist political project, the writing of history and the uses of the past between the 1930s and 1950s, in the State of Rio de Janeiro.



The speeches about the past produced then were associated with projects to uplift the state on the national scene.

Keywords: historiography; uses of the past; political culture; amaralism.

1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1930 e 1960 o estado do Rio de Janeiro teve no amaralismo sua principal corrente política. Esta constituiu-se a partir na nomeação de Ernani do Amaral Peixoto como Interventor local, em 1937. O início da década de 1930 foi marcado pela instabilidade política. A queda de Washington Luís, presidente do país, e de Manuel Duarte, seu aliado no estado – como desfecho do movimento que se consagrou como Revolução de 1930 -, e a fragilidade dos antigos nilistas, gerou um cenário de fragmentação e desarticulação da elite política local. Entre outubro de 1930 e dezembro de 1931 foram nomeados quatro interventores para o Estado, todos estranhos à política local e indicados pelo Executivo Nacional de maneira independente às correntes políticas estaduais (Ferreira, 1989, p. 300-301). Apenas com a nomeação de Ary Parreiras (1931-1935) é que a política local conheceu uma certa estabilidade. Em 1935 foi convocada a Assembleia Constituinte Estadual que, após a promulgação da Carta Magna fluminense, se autoproclamou Assembleia Legislativa e elegeu o Almirante Protógenes Guimarães governador do estado. Esta administração foi marcada pela instabilidade gerada pelas constantes licenças médicas do governador e pelo fracasso da sua *política de pacificação*, a tentativa de anulação das diferenças partidárias na Assembleia com vistas à governabilidade e ao atendimento das municipalidades (Costa, 2005).

Neste cenário, Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado interventor do Estado do Rio de Janeiro um dia antes da instauração do Estado Novo e mantido no cargo durante todo esse período. Ao assumir a direção do estado, inicialmente aproximou-se do grupo liderado por José Eduardo de Macedo Soares, remanescente dos nilistas, que lhe proporcionaria uma mínima sustentação política para a governabilidade. Amaral Peixoto, no entanto, não se deixou controlar pelos macedistas, aproximando-se de outras lideranças e grupos visando constituir suas próprias bases políticas no estado. Iniciou uma política de alianças com os líderes locais consolidada através de visitas realizadas ao interior fluminense, em especial ao norte, e rompeu com o macedismo (Gurgel, 1950). Associada a essa prática, o interventor adotou um discurso e ações práticas no sentido de projetar a recuperação econômica local abalada desde 1929.

A política econômica implementada por Amaral Peixoto não previa a intervenção direta nas atividades produtivas. Estabeleceu-se um programa de incentivos fiscais e de obras de infraestrutura, que visava a recuperação econômica do Estado. Investiu-se na abertura e no recapeamento de rodovias e em um plano de eletrificação de algumas regiões, mormente do norte do Estado. Estas medidas eram tomadas objetivando a recuperação das atividades agropastoris da região, consideradas como a base da economia local. Uma outra estratégia empregada foi a realização de uma ampla reforma administrativa, que objetivava agilizar a captação de recursos tributários e criar um corpo técnico capaz de implementar os planos de viabilização de uma infraestrutura que pudesse desenvolver a economia estadual, privilegiando as áreas rurais.

O projeto amaralista afirmava-se como um regenerador da história do estado, pois seria aquele capaz de recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Rio de Janeiro no concerto nacional. As diretrizes desse grupo, firmadas nas décadas de 1930 e 1940, tiveram continuidade nos anos cinquenta. O amaralismo fixava seu projeto político e econômico tendo como alicerces as práticas tradicionais do estado: as políticas clientelistas e as atividades agropecuárias. Suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento nos setores agrícolas.

Nesta direção, os discursos políticos construíram para o grupo em questão, especialmente para Amaral Peixoto, uma imagem de defensor da história e das tradições do Estado. Tal construção era realizada nos departamentos governamentais, em especial, de educação e de cultura; mas também em movimentos e associações culturais de Niterói. Da tradição à história foi um instante. As narrativas enfatizavam uma retomada do desenvolvimento da história fluminense. Assim é necessário a análise daquelas associações culturais que investiam na construção de uma interpretação acerca da história do estado e de suas relações com a administração estadual.

Nesse sentido cultura política e cultura histórica possuem relações inerentes. O conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado – histórico, mítico, ou ambos -, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado (Bernstein, 1998; Gomes, 2005). Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é buscar compreender como uma certa interpretação do passado (assim como, do presente e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à

memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais, tanto através da produção historiográfica, como através da cultura histórica escolar, que inclui a produção de materiais didáticos, a elaboração de — livros de leitura, a criação de legislação relativa ao ensino da história. Não é demais lembrar que o estudo do passado ou das relações com o tempo é constitutivo das práticas historiográficas em diferentes épocas. A historiografia tem chamado a atenção para a existência de um renovado interesse pela temporalidade no mundo contemporâneo, assim como, pela história da historiografia (Hartog, 2003; Malerba, 2006), pelas relações entre história e memória (Catroga, 2001), pelas comemorações e rememorações (Hartog, 1996; Nora, 1993; Rodrigues, 2002) e pela construção de patrimônios (nacionais ou da humanidade, materiais e imateriais) e monumentos (Abreu, Chagas, 2003). Enfim, interesse por fenômenos capazes de expressar diferentes modos de lidar com o tempo ou promover usos do passado.

2 A “VOCAÇÃO” E A “TRADIÇÃO” LOCAL: O ALICERCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

No campo educacional/cultural, as iniciativas da interventoria seguiram as orientações que buscavam convergir com as articulações políticas e com as ideias econômicas implementadas pelo interventor. O alvo era a região agropecuária do Estado. As ações educacionais voltavam-se para a educação rural, considerada a base do sistema estadual. Em um discurso de 1938, o interventor apresentou os objetivos do ensino rural:

O caráter de escolas elementares agrícolas, nem de simples escolas alfabetizantes, por isso que se destinavam a um papel de maior transcendência – o de formação dos nossos futuros homens do campo sob todos os aspectos – técnico, moral, físico e intelectual – inculcando-lhes o amor patriótico ao seu habitat ao mesmo tempo que lhes dariam os conhecimentos indispensáveis ao trabalho do engrandecimento nacional a que se dedicam, tirando-lhes, por outro lado, a concepção hereditária em que vivem – de colonos dentro da sua própria terra. (Falcão, 1946, p.23).

O objetivo da educação rural seria civilizar os hábitos do homem do campo, torná-lo um novo homem que auxiliasse no engrandecimento do estado e do país. Não se buscava afastá-lo do campo, mas sim enraizá-lo em sua região. A zona rural era idealizada como o espaço detentor das raízes e da identidade fluminenses. A escola não deveria formar os alunos das zonas rurais com uma ideologia urbana, mas sim criar o “*amor*

patriótico a seu habitat”. Instruir não apenas as crianças, mas também os adultos, com iniciativas que extrapolassem a escola regular.

Neste sentido era necessário instituir com conjunto de docentes capacitados a participar deste projeto. Para tal realizaram-se diversos cursos de capacitação e assim como interviu-se na formação inicial, reformulando-a através da Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1938 (Falcão, 1946, p. 93-96). Nas Escolas Normais estaduais, o ensino era, contudo, pautado segundo valores urbanos e as professoras não estavam aptas a atuar nas escolas rurais. Travou-se, então, um debate sobre a formação das Escolas Normais Rurais, que originou a de Cantagalo (Figueiredo, 1991). Estas escolas seriam espaços privilegiados para formar o magistério que atuaria nas zonas rurais.

O ensino nas regiões interioranas deveria ser diferenciado. Eram necessários estabelecimentos específicos de ensino: as Escolas Típicas Rurais. Estas unidades escolares não eram criações da administração de Amaral Peixoto. Regulamentadas legalmente em 1936, durante a direção de Nóbrega da Cunha no Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, permaneceram letra morta, sendo efetivadas a partir de 1938, pois se associavam às diretrizes da política estadual (Falcão, 1946, p. 22).

O método de ensino empregado nas escolas urbanas também buscava manter valores interioranos. Um exemplo desta prática eram os Clubes Agrícolas das escolas. O poder público fornecia sementes, adubos, ferramentas e casais de animais, entre outros, para que fossem feitas as hortas e a criação de pequenos animais. Isto “*demonstra que as atividades ditas agrícolas são de inteira oportunidade na nossa vida urbana, podendo contribuir para a economia e a beleza do lar*” (Falcão, 1946, p. 64).

Não foi apenas pela via da educação formal que a administração estadual buscou intervir nas regiões rurais. Uma outra iniciativa merece menção: as *Missões Culturais*, realizadas entre 1944 e 1945. Inspiradas nas missões educacionais mexicanas e chilenas, tinham como objetivos centrais conhecer e transformar hábitos e costumes das populações interioranas (Falcão, 1946, p. 127-131; 1951, Heers, 2000).

A primeira missão ocorreu entre 19 de abril e 2 de maio de 1944. Percorreu os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio e foi coordenada pelo pedagogo Paulo de Almeida Campos. A segunda missão dirigiu-se para o sul do estado, percorrendo os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, entre 8 e 27 de agosto de 1944, coordenada pelo médico César Leal Ferreira. O norte fluminense recebeu a última missão, entre 2 e 17 de maio de 1945, que percorreu as localidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Elas eram compostas de

pedagogos, médicos, técnicos agrícolas, assistentes sociais e membros da Legião Brasileira de Assistência. A dinâmica de atuação dos “missionários” seguia um padrão. Eles chegavam às cidades e procuravam as professoras e os responsáveis pelo posto médico local. Inteiravam-se das condições médicas, educacionais e socioeconômicas da região. Sem criar um cerimonial pomposo, passavam a realizar pequenas palestras informais para os grupos locais, ensinando-lhes hábitos de higiene, novas técnicas pesqueiras e agrícolas e elementos de instrução formal. A estratégia para atração da população era a exibição de filmes e canções educativas e folclóricas, a distribuição de folhetos e a prática de jogos. Nas palestras, utilizava-se uma linguagem simples e direta, que atingisse a comunidade local. Verdadeiras *bandeiras de penetração*, segundo Rubens Falcão: “*através das Missões Culturais muita coisa pode ser feita. O desajustamento em que vive a maior parte das populações do interior é, por si só, um problema em equação. Observá-lo, examiná-lo, estudar-lhes as causas e procurar corrigi-las representa uma contribuição das mais importantes e sérias* (Falcão, 1946, p. 130). Não era apenas valorizar a realidade rural local, mas intervir, modernizá-la, sem, no entanto, urbanizá-la.

O Departamento de Educação possuía a seu encargo o Serviço de Difusão Cultural responsável por inúmeras iniciativas de incentivo e divulgação das artes no estado (Falcão, 1946, P. 111-116). Uma das principais ações empreendidas, por esse órgão, foi a criação do Museu Antônio Parreiras, tida como o ícone das ações da inteventoria no sentido da preservação da cultura local. O Museu foi criado em 24 de janeiro de 1941, pelo decreto-lei nº 219, a partir da desapropriação do conjunto de construções pertencentes à família Parreiras, no bairro do Ingá, Niterói. Antônio Parreiras (1860-1937) era considerado a maior expressão fluminense no mundo da pintura. Dedicou-se a diversas temáticas, entre elas a pintura histórica. Com estas obras, inseriu-se no debate sobre a constituição da nação brasileira (Tavares, 2009). Morto em 17 de outubro de 1937, consolidou-se a imagem de Antônio Parreiras como um dos ícones da intelectualidade fluminense e, em especial, a niteroiense, (Parreiras, 1926).

O Museu Antônio Parreiras passou a ser um dos órgãos responsáveis pelo Salão Fluminense de Belas Artes e um espaço de incentivo à produção de obras que tivessem como temática central aspectos fluminenses, além de instituir-se como lócus de formação de novos artistas plásticos. Em meados de 1942, para o Salão daquele ano – o segundo a realizar-se –, o governo estadual instituiu prêmios para os expositores que apresentassem “*trabalhos sobre assuntos fluminenses*” e, a partir daí, as telas premiadas seriam incorporadas ao acervo do Museu (Anais, 1953, p. 153-158). Jefferson d’Ávila Júnior,

seu diretor, foi um dos responsáveis pela criação do Curso de Belas Artes, em 1945, para a formação de jovens artistas e que visava, assim, criar um grupo de pintores, e escultores, e capaz de, através das tintas, exaltar a identidade do estado do Rio.

3 OS PROMOTORES DE UMA CULTURA HISTÓRICA AMARALISTA

O mundo literário e político de então mantinha íntimas relações. O livre trânsito dos membros das academias literárias nos departamentos oficiais do governo conformou o pensamento de uma geração de intelectuais que buscava resgatar a Velha Província de um certo ostracismo político, econômico e cultural em que se encontrou desde o advento da República (Ferreira, 1994). Este resgate das supostas tradições locais levava-os a se dedicar aos que seriam os mantenedores das raízes da região: os homens do campo. E para conhecê-los voltavam-se para a história. Foi nesse momento que foram editadas várias obras sobre as localidades. A história colaboraria no processo de criação/consolidação da identidade da região. Uma identidade geralmente valorizada, em que se destacavam as especificidades e o pioneirismo local, com vistas a demonstrar que o fluminense era um grupo de destaque na constituição da história, da nação e da identidade nacional. Essa história, no entanto, não era alvo apenas daqueles que faziam seus estudos particulares. Ela era incentivada e divulgada através de instituições e movimentos intelectuais, como os três exemplos que serão analisados, que contavam com o apoio da administração pública para suas iniciativas.

3.1 Diretório Regional de Geografia/Departamento Estadual de Geografia

O Diretório Regional de Geografia do estado do Rio de Janeiro configurou-se, para o período em questão, como uma das principais instituições promotoras de estudos da história regional. Foi criado em março de 1938, após o surgimento do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia (Anuário, 1953, p. 87), órgãos que expressavam a institucionalização dos estudos geográficos no Brasil (Costa, *S/d.*, Penha, 1993). Apesar de ser uma instituição sob jurisdição federal, seu efetivo funcionamento coube à administração estadual (Anuário, 1949, p. 166). O Diretório ficou a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Seu presidente era o Secretário titular da pasta. Luiz de

Souza, então diretor do Departamento de Engenharia, foi nomeado secretário do Diretório e era quem respondia pela presidência, na impossibilidade do titular.

O Diretório montou uma estrutura de atuação em todo o Estado, com a criação de diretórios municipais e com a nomeação de informantes distritais (Anuário, 1948, p. 243). Uma das suas primeiras iniciativas foi a realização de um plano de investigação sobre aspectos geográficos, com vistas a estabelecer os marcos limítrofes dos municípios e do estado. Tais levantamentos serviriam de base para a constituição de uma nova Carta Geral do Estado e para tal foi criado um departamento específico. Também foram criadas divisões administrativas que orientavam os planos de urbanização e de colonização do interior. Tais ações demonstram que o Diretório seguia os preceitos que norteavam a administração amaralista do estado: diagnosticar a realidade local e intervir em sua direção sem, no entanto, alterar seu perfil agrário. As ações do Diretório objetivavam civilizar o espaço urbano das cidades interioranas e fixar o homem em sua terra.

Em 1946, a Secretaria de Viação e Obras Públicas criou o Departamento Estadual de Geografia (Anuário, 1948, p. 264) e Luiz de Souza foi nomeado seu diretor. O DEG desvinculou uma série de atribuições do Diretório Geográfico, que se manteve como a instituição representativa do IBGE no Estado. A geografia era tida como um dos conhecimentos primordiais para a promoção do desenvolvimento nacional e regional. Nesse momento, o diretor de ambas instituições, propagandeava as principais iniciativas nesse sentido: os planos de recuperação econômica da Baixada Fluminense – orientando as populações locais sobre as “modernas” técnicas agrícolas e direcionando a colonização do interior – e de “urbanização das cidades e vilas fluminenses”.

Outras duas estratégias de fomento da produção de conhecimento sobre as localidades eram os concursos de monografias e a publicação do *Anuário*.

Em 1941, o Diretório deu início ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais*. Estes concursos atraíam a participação de homens de letras de todo o estado, com trabalhos sobre as diversas regiões. Com sua divulgação “notou-se um movimento de aplauso à iniciativa, pois, na realidade, vários estudiosos aguardavam uma oportunidade para revelar certos conhecimentos geográficos especiais adquiridos, e daí, sentirem-se satisfeitos com ensejo que lhes foi oferecido” (Anuário, 1948, p. 250)

O primeiro número do *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* foi lançado em 1948 “para que fiquem assinalados os acontecimentos históricos de cunho geográfico de interesse, relacionados, sempre que possível, com a vida política, social e geográfica fluminense” (Anuário, 1949, p. 205). O *Anuário* era o veículo de divulgação

do “*movimento geográfico*” fluminense. Além de artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas por geógrafos e historiadores, o periódico publicava os relatórios anuais do Diretório apresentados ao Conselho Nacional de Geografia, as deliberações por ele aprovadas; discursos de posse dos presidentes do IBGE, textos sobre Congressos Geográficos nacionais e internacionais e listagens de fontes e bibliografia.

Os artigos dedicados à história fluminense abrangiam quatro temáticas: toponímia, colonização, biografias e municipalidades. Neles observamos que a história local não se fazia descolada dos elementos geográficos. A história local só era passível de ser construída a partir da associação desses dois elementos: o meio (geografia) e o passado (história). Esses estudos colocavam-se uma questão de maior envergadura: como a localidade em análise poderia atuar no processo de revitalização política e econômica que então se desenvolvia. E para respondê-la um leque de dados eram reunidos, destacando, nesses casos, a história. Ela era compreendida como aquela capaz de dignificar o local, pois no ordenamento cronológico dos fatos, nas sinopses biográficas dos filhos ilustres, apresentava-se o que ela fora outrora. Que em tempos idos aquela faixa do território do estado dera sua contribuição para a construção de um tipo específico, o fluminense, e que colaborara no esplendor imperial. Era a história que podia apresentar as vocações locais onde seriam investidos os recursos do estado para que o dado município pudesse integrar-se no processo de revitalização que se implementava. Nesse sentido é mestra da vida, pois exemplar. Por outro lado, a narrativa realçava um processo que estabelecia continuidades entre o passado e o presente, projetando-se para o futuro. A história demonstraria assim um sentido progressivo. O presente se configurava pelo passado, mas não se confundia com ele. O presente forma-se pelo passado, mas caminhava em um sentido progressivo. A narrativa cronológica evolutiva, demarcando fases e períodos superados, indicava que o presente era mais uma etapa do devir venturoso.

3.2 A Faculdade Fluminense de Filosofia e o Curso de Estudos Fluminenses

Estudos Fluminenses foi o nome de batismo de um curso de extensão promovido pela Faculdade Fluminense de Filosofia entre novembro de 1953 e janeiro de 1956. Não se tratava de um curso de História do estado, mas, na verdade, de um fórum de discussão sobre a situação socioeconômica e a cultural local. Apesar de não ser um curso de história,

esta fazia parte do conjunto das preocupações daqueles que ali desenvolveram suas conferências. O *Curso de Estudos Fluminenses* materializava os esforços da Faculdade em se firmar como um espaço privilegiado de reflexão sobre o estado em um momento em que os discursos políticos e intelectuais locais afirmavam como sendo de recuperação, de soerguimento da terra fluminense no cenário político-econômico nacional. Nesse contexto, a história e a identidade regional se colocavam como pontos de pauta entre aqueles que projetavam a construção de um novo estado e de um novo homem fluminense. Entre os debates que então se travavam, a constituição de uma universidade local era tida como elemento importante para esses novos tempos. Os primeiros debates sobre o tema remontam aos anos de 1930, durante a elaboração da constituição estadual de 1936 (Constituição, 1936, p. 39).

As primeiras instituições de ensino superior na capital fluminense foram a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1912), a Faculdade Livre de Direito (1912) e a Faculdade de Medicina (1926). Inicialmente surgidas como instituições privadas, foram sendo oficializadas, ou seja, passaram a cargo do governo estadual, nas décadas de 1910 e 1920 (Pereira, 1970, p. 10-15). A década de 1920 foi também um momento de intensos debates sobre a formação de uma universidade brasileira, materializada na criação da Universidade do Rio de Janeiro, que congregava as escolas superiores da capital do país (Nagle, 1976, p. 134-188). Em 1931, o então ministro da educação, Francisco Campos, legislou sobre o ensino superior e a formação de universidades. Neste plano, priorizava-se a criação de uma faculdade de educação, ciências e letras que promoveria a integração do ensino superior e tornava sua existência obrigatória para a concretização da formação das Universidades e para a formação das elites dirigentes do país (Paim, 1982; Costa, Bomeny, Schwartzman, 1982)

Durante a Primeira Semana de Ação Social Diocesana de Niterói, ocorrida em julho de 1946, Durval Pereira expôs a ideia de se organizar uma faculdade de filosofia. Em finais daquele ano, organizou-se a Sociedade Cooperativa Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia Limitada que possibilitaria a obtenção dos recursos necessários.

Nos anos de 1950, a Faculdade Fluminense de Filosofia já era uma instituição consolidada no cenário intelectual fluminense. O reconhecimento de seus cursos ocorreu em 1951 e 1954. O papel de instituição formadora dos professores e dos bacharéis, que atuavam nas escolas e em diversas instituições, era ressaltado como uma de suas funções na valorização da cultura fluminense. No entanto, não era apenas pelos seus cursos de graduação que a FFF se tornara *locus* privilegiado de formação pois formara seu Instituto

de Pesquisas que seria responsável por desenvolver pesquisas, conferências, cursos entre outras atividades. (Anuário, 1957, p.9-8)

Dentre os cursos realizados estava o Curso de Estudos Fluminenses, que teve suas atividades desenvolvidas entre novembro de 1953 e janeiro de 1956 com a realização de cinco conferências. (Anuário, 1957, P. 63-208) Elas foram publicadas no *Anuário* comemorativo ao primeiro decênio de existência da faculdade, acrescida de um estudo de Lourenço Filho realizado em 1943 a pedido do governo do estado: “*O grupo fluminense na cultura brasileira*”. O curso foi coordenado por Marcos Almir Madeira, jurista e sociólogo, discípulo de Oliveira Vianna e catedrático de sociologia da Faculdade.

Os estudos ali apresentados deveriam então ter um caráter prático: apontar soluções para os problemas enfrentados. Mas, para que tal fosse possível era necessário inventariar, diagnosticar a realidade, especialmente, a geoeconômica do estado. Todos os conferencistas eram unânimes em afirmar que suas falas eram um “*levantar questões*” para estudos futuros que a Faculdade desenvolveria. Nestes inventários a questão econômica ganhava relevância, em consonância com as proposições amaralistas. Edgard Teixeira Leite realizou um estudo sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico do estado; Orlando Valverde dissertou sobre as regiões econômicas, mesmo caminho seguido por Celso Kelly ao apresentar o tema *Ecologia Fluminense*.

Por outro lado, a proposta desenvolvida no curso estava em consonância com os *Estudos Brasileiros*, movimento de reflexão intelectual sobre o Brasil em voga no período. Nas décadas de 1930 e 1940, configurou-se um vasto campo de reflexão de contornos pouco rígidos, herdeiro dos anseios modernistas, que procurava “(re)descobrir” o país (Gonçalves, 2003, p. 202). Desse grupo participavam, entre outros, Alice Canabrava, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Souza e Sérgio Buarque de Holanda, que se envolveram na produção do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dedicando-se aos balanços historiográficos da produção existente. Reinventando a história do país, esses autores “*redescobriam*” os clássicos da historiografia nacional e destacavam as coletâneas documentais publicadas e os acervos inexplorados, ressaltando assim o muito que ainda havia por ser feito.

Redescobrir o estado do Rio de Janeiro também era o objetivo desse grupo. Redescobrir no sentido de inventariar, conhecer e propor soluções para as questões vivenciadas localmente. Esses autores partiam da ideia de que o estado do Rio de Janeiro estava em processo de recuperação econômica o que nos levou à constatação de que encaravam o período que imediatamente os precedeu, a Primeira República, como um

momento de estagnação ou de decadência. É emblemático o título da palestra de Edgard Teixeira Leite nesse sentido: “*A Velha Província. Terra do Futuro*”.

Através da análise histórica buscava-se constuir a especificidade local. Celso Kelly afirmava que o fluminense seria o elemento de integração nacional por possuir, em seu território, além uma variada gama de regiões geoclimáticas, uma tradição de união entre os povos migrantes, configurando assim o espaço privilegiado de brasilidade.

Apresenta-se a evolução histórica da capitania e província ressaltando-se ser nesses períodos que foram constituídas as bases da “vocação” econômica local. Identifica-se o período imperial como o auge do poderio econômico e do prestígio político fluminense. Idealizava-se essa fase como a Idade de Ouro a ser resgatada, por isso necessária de ser conhecida.

A história tinha assim uma função prática. Apresentar a tradição local, reafirmar valores tidos como vocacionais do estado, aqueles “sólidos” caminhos para o desenvolvimento futuro da região. A história sozinha, no entanto, de nada serviria – como afirmava Edgard Leite, “*o que importa não é o registro cronológico*” – mas ela comporia um campo de reflexão que possibilitaria o estabelecimento de projetos para a recuperação econômica do território fluminense. Daí a Velha Província ser a terra do futuro e não do passado.

3.3 Nossa terra, Nossa gente. A história em um jornal literário

Ao analisar o Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro e o Curso de Estudos Fluminenses, percebemos que a história era uma temática importante na composição das reflexões sobre o estado. No caso do primeiro há, em grande medida, a subordinação da história à geografia. Já no segundo, ela compunha o leque de interesses daqueles que se propunham a conhecer e intervir na realidade local. Passemos agora a analisar um terceiro espaço de produção e valorização da história local que integrou esse cenário amaralista. Durante quase um ano o jornal *Letras Fluminenses* manteve uma coluna sobre a história dos municípios que compunham o estado.

O primeiro número de *Letras Fluminenses* foi lançado em julho de 1950. O grupo fundador propunha que este fosse um jornal diferente daqueles que até então se publicavam na capital do estado. Este seria um jornal dedicado à “*divulgação dos valores da terra, a decantada Velha Província de todos os tempos, cujas reservas no domínio da*

cultura são de molde a encorajar-nos no empreendimento” (Letras, 1950, p.1.). Um jornal literário, enfim. Mas a publicação de um periódico exclusivamente literário não era novidade. Niterói contava, desde o princípio do século XX, com inúmeras revistas do gênero (Ipanema, Ipanema, 1984; Whers, 2002; Monteiro, 2008). Naquele momento, os dois principais jornais da cidade – *O Fluminense* e *O Estado* – contavam com páginas ou suplementos literários (Ipanema, Ipanema, 1988). Seu diferencial seria ser um jornal. Era uma nova forma de divulgação das ideias. O grupo fundador era composto por Althayr Guimarães, Geir Campos, Horácio Pacheco, Luiz Magalhães, Luiz Palmier, Maurílio de Gouveia e Renato de Lacerda. Esse conjunto manteve-se à frente do jornal até o nono número (abril de 1953), quando foi reformulado, ficando Luiz Magalhães com a direção geral até 1991, quando veio a falecer. Dos poucos dados biográficos que localizamos sobre esse personagem consta que ele foi o responsável pelo Suplemento Literário do jornal *O Estado* na década de 1950. Este jornal era porta-voz do governo estadual. Durante a interventoria, Amaral Peixoto adquiriu a maior parte das ações do jornal e tornou a administração estadual seu principal proprietário.

O jornal seguia o padrão estético do período, com seis colunas de texto, em cada página, entremeadas por fotos e manchetes das reportagens ou charges e versos. Não possuía uma rígida padronização em relação ao número de páginas, quanto ao papel utilizado para circulação ou em relação às colunas temáticas. Apesar disso, houve uma certa regularidade em algumas colunas nos cinco primeiros números, que abrangeram o período de julho de 1950 a fevereiro de 1951. Foram elas: *Educação*, *Nossa Terra Nossa Gente*, *Folclore*, *Artes*, e *Livros Nossos Amigos*. O sexto número, de julho de 1951, foi dedicado a Oliveira Vianna, saquaremense que vivia em Niterói e que era considerado um ícone da intelectualidade fluminense, falecido naquele ano. A partir do sétimo número as colunas foram substituídas por *Fatos*, *Livros e Revistas*, e *Poesia e Teatro*.

Entre as primeiras colunas, duas constaram nos cinco números: *Folclore*, e *Nossa Terra Nossa Gente*, a cargo de Luís Antônio Pimentel e Luiz Palmier respectivamente.

O folclore era um tema caro à intelectualidade niteroiense de então, ocupando um lugar de relevo no debate sobre a identidade fluminense desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1950. Foi em 1950 que se organizou, no estado do Rio de Janeiro, uma instituição especificamente a ele dedicada, seguindo um contexto nacional de valorização da temática: a Comissão Fluminense de Folclore (Fernandes, 2004). Luís Antônio Pimentel dela fez parte a partir de 1953, quando Luiz Palmier passou a ser seu secretário geral. Em

sua coluna abordou: a bola de gude, os cantos do Pinchanchão, a figura do João Curutu – de tradição indígena – Guru ou Três Marias e Oca ou Roda.

Luiz Palmier era responsável pela coluna sobre as histórias das municipalidades do estado. Natural de Sapucaia, onde nasceu em fins do século XIX, desenvolveu sua trajetória médica, política e intelectual no eixo Niterói-São Gonçalo. Já formado em Farmácia, pela Faculdade de Ouro Preto, transferiu-se em 1914 para Niterói a fim de cursar medicina na cidade do Rio de Janeiro. Em 1918, recém-formado, chegou a São Gonçalo para combater a gripe espanhola. Estabeleceu-se na cidade e desenvolveu uma reflexão sobre a formação da criança, que o levou a se associar aos projetos varguistas nas décadas de 1930 e 1940. Exerceu mandatos de vereador (1930), deputado constituinte do Rio de Janeiro (1935) e deputado estadual (1936-1937). A partir da década de 1940 intensificou sua produção intelectual, especialmente ligada à história (Reznik, 2003).

Entre julho de 1950 e julho de 1951, Palmier publicou artigos sobre São João Marcos, Sapucaia, São Pedro da Aldeia, Itaboraí e Saquarema. A análise dos textos nos permite observar alguns elementos constantes tidos como relevantes na composição da narrativa histórica sobre os municípios fluminenses. A identificação desses elementos não significa, contudo, que havia uma fórmula padronizante de construção textual em que os elementos eram simplesmente enquadrados.

Havia uma preocupação em definir geograficamente aquela unidade territorial a que se referia o texto. Tal definição incluía os limites fronteiriços da municipalidade, as sub-unidades (distritos e freguesias) que o formavam e a identificação dos elementos naturais que o compunham. São João Marcos, por exemplo, que teve seu território submerso pelas águas para instalação da represa da Light, teve seus limites associados à sua evolução político-administrativa (PALMIER, 1949).

Essa temática, a evolução político-administrativa, sinalizava que a história local era marcada por um ritmo próprio, tinha uma cronologia diferente daquela que pautava a História Pátria (Colônia – Império – República). O tempo da localidade era ditado pela sua evolução político-administrativa, que variava de local para local. Uma rápida mudança de status administrativo significava um sinal de progresso.

O patrimônio histórico também era valorizado. Eles representavam as marcas do passado no presente, símbolos de uma era de fausto que resistiam às intempéries do tempo e às ações do homem como monumentos a fazer lembrar o que outrora aquele município já representara. São Pedro da Aldeia, que fora um importante entreposto comercial no século XIX, ainda possuía “velhos casarões” e os:

Armazéns de proporções gigantescas. Atestado de maior valia e dos mais patentes, desse passado de glórias e desse fausto de tão gratas recordações continuam ainda, à margem da rodovia Niterói- Campos, as ruínas dos velhos casarões, que foram outrora outros tantos ricos armazéns de proporções gigantescas, alguns com mais de uma dezena de portas (Palmier, 1950, p. 10).

Patrimônio que poderia ser até mesmo o natural como a “*árvore grande*” que, tal qual uma coluna secular, resistia ao tempo na praça central de Sapucaia, a lembrar a seus moradores que aquela região fora um importante ponto de pouso das tropas que faziam a ligação das Minas Gerais com a capitania do Rio de Janeiro (Palmier, 1950, p. 7)

Outro patrimônio local eram os filhos ilustres que a terra dera ao estado e ao país. Um patrimônio moral. Relacioná-los significava conferir aos locais de origem uma dignidade de progenitores dos homens e mulheres que construíram a história da nação.

Narrar a história local era mostrar o lugar que aquela localidade desempenhava no conjunto do estado. Cada qual, ao seu modo, contribuíra outrora com o esplendor da Província e, por isso, eram os guardiães das tradições locais. São João Marcos e Rio Claro, são descritos como “*repositórios dos mais valiosos das tradições da terra fluminense. Guardam, por isso mesmo, uma tradição de cultura, de civismo, de opulência*” (Palmier, 1950, p. 4). O que não diferia, por exemplo, de Saquarema berço de Francisco José Oliveira Vianna, um dos maiores intelectuais fluminenses da primeira metade do século XX, e que, no período imperial, tornara-se, inclusive, alcunha do partido conservador que dirigira os destinos nacionais em boa parte do II Reinado. (Palmier, 1950, p.8)

Sapucaia surgia, assim, como um dos grandes bastiões da preservação das tradições locais que Palmier descrevia:

Essas glórias do passado, o presente grandioso e as possibilidades de promissor futuro, de que tanto e tão justamente se orgulham os sapucaenses, lídimos depositários e defensores ciosos detentores e conservadores desse valoroso patrimônio, assim constituído dessa e de tantas outras floriosas tradições sapucaenses, fluminenses, brasileiras (Palmier, 1950, p. 7).

Um futuro promissor... Esta era outra das características marcantes na produção de Luiz Palmier, a ideia de um futuro progressista e faustoso. Mas um futuro construído a partir desse conhecimento do passado, pois seria ele que daria o norte seguro, perdido, por exemplo, por Itaboraí. “*Essa mesma terra, com marcantes afirmativas, pelos esforços do seu povo e dos administradores, no sentido de pretenderem redimir-se dos muitos*

erros de várias gerações, reiniciando caminhada segura pelas estradas do progresso”(Palmier, 1950, p. 9).

Conhecer a história e as potencialidades físicas locais era o meio de garantir o progresso. Luiz Palmier elaborava seus textos visando construir uma imagem progressista para a região. Cada localidade possuiria uma especificidade que conformaria o conjunto fluminense e, por isso, cada qual podia ser considerada guardiã da tradição local. Por outro lado, construía-se um discurso no qual há uma espécie de *continuum* evolutivo em que a localidade estava caminhando sempre para o progresso. A história apontava esse caminho. Reconhecê-lo fazia-se mister e por isso era necessário conhecer a municipalidade. Analisar seu processo histórico para que a marcha não esmorecesse. Era necessário também conhecer as potencialidades geográficas, pois estas conformariam novas perspectivas. Explorar as riquezas naturais seria um caminho possível para imprimir maior agilidade a esse progresso.

4 O LUGAR DA HISTÓRIA NOS TEMPOS DE AMARAL

Pudemos observar que as décadas de 1940 e 1950 constituem-se em um rico momento para os estudos históricos fluminenses. As perspectivas governamentais associavam um discurso de construção de uma nova situação local à recuperação do lugar do estado no cenário nacional perdido no pós-proclamação da República. Ao se configurar o projeto político de Amaral Peixoto para o estado, este se alicerça nas tradicionais atividades agropastoris. Há uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado, imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais. As ações implementadas no campo educacional e cultural, na interventoria de Amaral Peixoto e no seu governo de 1951-1954, colocam-no como defensor das tradições e da história local e seu regenerador. Tal perspectiva era compartilhada pelo mundo literário da capital fluminense. Os três exemplos destacados – o Diretório Regional de Geografia, a Faculdade Fluminense de Filosofia e o jornal *Letras Fluminenses* – são modelares nesse sentido.

O primeiro fora um departamento ligado à administração estadual que lhe municiaava com dados geográficos e projetos de modernização do campo. Aqui, a história compunha o leque de dados relevantes nos inventários e estudos realizados, pois lhes

apresentavam os caminhos já trilhados, expressando uma certa concepção de história exemplar que dava lições e que por acertos ou erros sinalizava um rumo a seguir.

Já a Faculdade Fluminense de Filosofia inseria-se no rol das instituições culturais de Niterói que contavam com dotações do governo para sua existência. Observamos também que a busca por uma constante aproximação com o governo estadual não ocorria apenas em relação à sua existência financeira. Muitos de seus professores também exerciam cargos em departamentos da administração estadual. Apenas a título de exemplo podemos citar Luiz Lamego, professor da Faculdade e consultor do Diretório Regional de Geografia, em 1956. A FFF procurava colocar-se como um *locus* privilegiado de reflexão e de direcionamento das ações políticas de recuperação do estado.

Curso de Estudos Fluminenses, nesse sentido, é revelador das iniciativas da faculdade. Nele buscava-se inventariar a realidade local e propor soluções práticas para sua reconstrução. Eram chamados a ministrar palestras filhos ilustres que possuíam projeção em suas áreas de especialização. Aí a história compunha o leque de preocupações no mesmo sentido que lhe era dado pelo Diretório e pelo Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, como o instrumento para revelar a natureza local.

A coluna de Luiz Palmier no jornal *Letras Fluminenses* cristalizava esses ideais dispersos nas outras associações. As municipalidades eram apresentadas com os guardiães das tradições locais. Suas histórias revelariam a vocação do estado e serviriam como norte nesse processo de recuperação política e econômica do projeto amaralista. O jornal em si erguia-se como um divulgador do pensamento intelectual fluminense que deveria ser ouvido e que se fazia ouvir pela rede de sociabilidade em que estava imerso. Seu diretor estava no jornal oficial do estado, *O Estado*. Luiz Palmier era Vice-Presidente do Conselho Estadual de Serviço Social e membro do Diretório de Geografia.

As redes de sociabilidades que uniam esse universo político e intelectual fluminense das décadas de 1940 e 1950 não eram o único elemento que justificava essa interação. Elas conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado; onde se deveria intervir e agir. Os estudos históricos então permitiam revelar a identidade fluminense.

REFERÊNCIAS

MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS. **ANAIS do Museu Antônio Parreiras**. v. 1, 1952-1953. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953.

FACULDADE FLUMINENSE DE FILOSOFIA. **ANUÁRIO da Faculdade Fluminense de Filosofia**. Niterói: Gráfica Falcão, 1957.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. N 1-16, 1948-1965. [S. l.: s.n.], [s.d.].

CAMARGO, Aspásia *et alli*. **Artes da política**. Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC-FGV, Niterói: EDUFF, 1986.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. [S.l.: s.n.], 1936.

FALCÃO, Rubens. **Missões Culturais**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

FALCÃO, Rubens. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.

GURGEL, Heitor. **O governo Amaral Peixoto (1937-1945)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950.

LETRAS Fluminenses. Niterói: [s.n.], [déc. 1950].

PALMIER, Luiz. Centenário de Itaverá. *In*: RIO DE JANEIRO (Estado). **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. 1949. n.2, p. 39.

PALMIER, Luiz. Comemorações centenárias: São João Marcos e Itaverá. *In*: **Letras Fluminenses**, Ano I, n. 1, jul. 1950, p. 4 e 9.

PALMIER, Luiz. História antiga de Itaboraá. *In*: **Letras Fluminenses**, Ano I, n. 5, jan./fev. 1951, p 9.

PALMIER, Luiz. Oliveira Viana e Saquarema. *In*: **Letras Fluminenses**, Ano I, n. 6, mar./jul. 1951.

PALMIER, Luiz. São Pedro da Aldeia. *In*: **Letras Fluminenses**, Ano I, n. 4, nov./dez. 1950, p. 10.

PALMIER, Luiz. Sapucaia através dos séculos. *In*: **Letras Fluminenses**. Ano I, n. 2, ago./set. 1950, p. 7; Ano I, n. 3, out. 1950, p. 7.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio**. RJ: DP&A, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CASTRO, Silvia Pantoja. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. Tese Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

COSTA, Rafael Navarro. **A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria de Ari Parreiras e do governo de Protógenes Guimarães (1932- 1937)**. Monografia Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.

COSTA, Rafael Navarro. **Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo**. dissertação Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA Vanda, SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Bomeny. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1982.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Construindo o folclore fluminense: intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. RJ: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. **Curso Normal Rural de Cantagalo: uma experiência fluminense na história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1991.

FONSECA, Márcio. Faculdade Fluminense de Filosofia (1946-1961). Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

GOMES, Ângela. História, historiografia e cultura política no Brasil. *In*: BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria, SOIHET, Rachel (Orgs). **Culturas políticas**. Ensaios de história cultura, história política e ensino de história. RJ: Mauad, 2005.

GONÇALVES, Márcia. **Em terreno movediço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HARTOG, François. **Tempo e História: como escrever a história da França hoje?** História Social. Campinas: Unicamp, n. 3, 1996.

HEES, Martha Pereira das Neves. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcelo de. **Imprensa fluminense: ensaios e trajetos.** Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.

IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcelo de. **Catálogo de periódicos de Niterói.** RJ: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita.** SP: Contexto, 2006.

MONTEIRO, Evelyn Morgan. **A Revista: modernismo e identidade fluminense (1919-1923).** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

MOREIRA, Regina da Luz. **Tempos de Amaral.** Niterói: Imprensa Oficial do ERJ, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo, n. 10, 1993. Edição Revisitada. Programa de Estudos Pós-Graduandos em História, Departamento de História, PUC-SP.

PARREIRAS, Antônio. **História de um pintor contada por ele mesmo.** Niterói: Typographia Dias Vasconcellos & C., 1926.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PEREIRA, Durval Batista. **Contribuição para a história da Universidade Federal Fluminense.** Niterói: s/n, 1970[?].

PERREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil.** Vol. 1. São Paulo Melhoramentos, s/d. p. 315-412.

REZNIK, Luís (Org.). **O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna.** Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003.

RODRIGUES, Helenice de Souza. **Rememoração/ comemoração: as utilizações sociais da memória.** Revista Brasileira de História. SP: ANPUH/ Humanitas, v. 22, n. 44, 2002.

TAVARES, Renato Vieira. **O Museu Antônio Parreiras**: memória e história de um pintor na administração de Jefferson D'Ávila Júnior. Dissertação (Mestrado em história). - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

VIEIRA, José Ribas. **A Universidade Federal Fluminense**: de um projeto adiado à sua consolidação institucional. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1986[?].

WEHRS, Carlos. **Capítulos da memória niteroiense**. 2 ed. Niterói: Niterói Livros, 2002.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.